

ESTADO MÍNIMO E SUAS ESTRATÉGIAS COERCITIVAS PARA ADMINISTRAR A POBREZA NO ATUAL ESTÁGIO DO CAPITALISMO

Thaís Marques de Moraes
Unespar/Campus Apucarana, thaismarques714@gmail.com

Viviani Yoshinaga Carlos (Orientadora/a)
Unespar/Campus Apucarana, viviani.yoshinaga@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional: PIC: Programa Institucional de Iniciação Científica voluntário (sem bolsa)

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO: Essa pesquisa teve como objetivo caracterizar a correlação existente entre o Estado mínimo, neoliberal, e as estratégias utilizadas por este para administrar a pobreza no atual estágio do capitalismo, sendo desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental, com o uso de dados estatísticos que possibilitaram elucidar empiricamente a problemática do estudo. As estratégias coercitivas do Estado neoliberal são descritas por Wacquant (2015) como sendo as ações de cunho penal, que se relacionam com as formas de empregabilidade e criminalização da pobreza. Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Agência do Trabalhador de Apucarana (Sine), foi possível construir um panorama da correlação entre o Estado mínimo neoliberal e a gestão da pobreza, tendo em vista os requisitos das vagas de emprego ofertadas no município de Apucarana, durante o período de novembro de 2023 a fevereiro de 2024. Conforme levantamento realizado no Sine, foram disponibilizadas no município um total de 2.254 vagas durante o período analisado. As oportunidades que requerem experiência corresponderam a 79%, enquanto as vagas para candidatos sem experiência representaram 20% do total de vagas no período. Aqueles que não possuem experiência, nem ocupam as vagas ofertadas que não exigem tal requisito, acabam sendo subocupados ou desempregados, aumentando o exército industrial de reserva e, por conseguinte, a pobreza. É esse grupo, cada vez mais crescente, que tende a ser criminalizado e penalizado. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o número de pessoas encarceradas no país saltou de 722,7 mil, em 2017, para 832,2 mil pessoas em privação de liberdade no ano de 2022, demonstrando aumento de 15% ao longo dos anos, tendência também evidenciada nas taxas de desemprego que, segundo o IBGE (2024), mantiveram-se crescentes nos últimos anos no Brasil, com uma ligeira queda no ano de 2022. De tal forma, conclui-se que as ações de cunho penal servem ao Estado Mínimo como estratégias para gerir a pobreza diante do incremento do exército industrial de reserva no atual estágio do capitalismo.

Palavras-chave: Estado Mínimo. Desemprego. Gestão da Pobreza.